

8

MOVIMENTOS DAS MULHERES AGRICULTORAS E OS MUITOS SENTIDOS DA “IGUALDADE DE GÊNERO”*

Maria Ignez S. Paulilo

INTRODUÇÃO

A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância dessa categoria. É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”.

Na década de 1970, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais-valia, o que daria ao trabalho doméstico a classificação de improdutivo. Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, por

* Esta é uma versão revista e ampliada do artigo publicado com o título “Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio”. In: PAULILO e SCHMIDT (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

meio dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade foi uma constante do pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar esse pressuposto.

As atividades femininas remuneradas trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho. Labutando dentro e fora de casa, que tempo e energia sobriariam à mulher para refletir sobre suas condições de vida? Gonçalves (1989), em seu estudo sobre mulheres trabalhadoras em Joinville/SC, partiu da hipótese de que o trabalho teria um caráter educativo na formação da consciência feminina. Finalizada a pesquisa, concluiu que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, mesmo tendo sido condição necessária, não era suficiente para que seu processo de emancipação e maior consciência de suas condições de vida se desenvolvessem.

Pesquisando mulheres rurais da região de Devon, no Reino Unido, Gasson, Shaw e Winter (1992) descobriram que, embora a literatura preveja grandes mudanças no papel da mulher quando ela tem emprego remunerado, as evidências empíricas não dão suporte a essa afirmação. Na região por eles estudada, quando somente o marido tem emprego fora da propriedade, a mulher é pouco consultada quanto às decisões importantes relativas à exploração familiar, embora dedique mais tempo que seu cônjuge ao trabalho agrícola. Quando é apenas a mulher que trabalha fora, ela ainda é pouco consultada. A participação da esposa nas decisões só aumenta quando os dois membros do casal trabalham fora da propriedade.

O trabalho de Little (1994) é outro questionamento da relação entre trabalho feminino remunerado e independência da mulher, ao discutir o resultado da pesquisa feita em três diferentes regiões da Inglaterra. Segundo a autora, o trabalho feminino não doméstico é mais uma consequência da disponibilidade de trabalho e do momento do ciclo familiar do que a busca de uma carreira profissional ou de independência financeira por parte das esposas. Por isso, ele está sempre em segundo plano quando entra em choque com as atividades domésticas.

Em pesquisa realizada em um município do estado de São Paulo, no ano de 1975, nós mesmas, sob a influência do feminismo da época, ficamos surpreendidas quando boa parte de nossas entrevistadas consideravam a participação em atividades produtivas, ou seja, a lida nos campos, uma sobrecarga e não uma forma de sair da clausura doméstica (Paulilo, 1976). O pressuposto, porém, da simbiose entre trabalho produtivo e independência foi “salvo”, por um curto espaço de tempo, pelo fato desse trabalho não ser remunerado e ser produzido em conjunto com outros membros do grupo familiar. Pesquisas posteriores se incumbiram de questionar esse raciocínio simplista.

Anos mais tarde, ao tomarmos contato com uma pesquisa realizada pelo Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE (Copa, 1988),

percebemos que, também na Europa, os anos 70 foram marcados por uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem apenas “donas de casa”. Segundo a mesma fonte, nos anos 80, dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres como “profissionais da agricultura”. O mesmo observo no Brasil, pois é nesses anos que surge no Sul o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que, mais tarde, se expandiria para todo o país. Embora o relatório do Copa não se preocupe em explicar as causas da mudança, cremos que a disseminação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra seja uma hipótese a ser considerada, na medida em que tornaram os afazeres agrícolas menos penosos.

Outro fator que provavelmente influenciou na maior valorização, por parte das mulheres, das atividades agrícolas foi a diminuição do número de filhos, fenômeno ocorrido no mundo todo. Segundo a ONU (1995), o Brasil está entre os países que apresentam uma queda de mais de 40% na taxa de fertilidade em um período de vinte anos. Essa taxa era de 4,7 nos anos 70-75 e baixou para 2,7 em 90-95. Para as áreas rurais do país, Teixeira et al. (1994) mostram que essa taxa também vem caindo. Se no período de 1980-5, o maior índice era de 6,8, na região Norte, e o menor, 3,6, na região Sul, no período seguinte, 1985-90, temos, nas mesmas regiões, 6,0 e 3,1 respectivamente. Além disso, a diferença entre a taxa de fertilidade total rural e a urbana vem diminuindo. Embora a primeira continue mais alta, segundo Siqueira (1992), a diferença caiu de 3,18 filhos/mulher, em 1970, para 2,29, em 1984.

A valorização do trabalho feminino nos campos foi intensificada com o surgimento, no início da década de 1980, dos movimentos autônomos de mulheres rurais.¹ Esses grupos apresentam trajetória semelhante a muitos outros movimentos sociais que emergiram nesse período no Brasil. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre freqüentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção.

Em 2004, os movimentos autônomos de mulheres abrigados sob diferentes denominações se uniram sob uma única sigla, MMC, ou seja,

¹ Sob essa denominação abrigam-se todos os movimentos não ligados a sindicatos ou ao MST. Em Santa Catarina, esse tipo de organização conservou por muito tempo o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), embora se articulasse com Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de âmbito nacional. No Paraná, também foi mantida uma denominação própria. Em 2004, a designação Movimento de Mulheres Camponesas foi aceita em todo o Brasil.

Movimento de Mulheres Camponesas. Como tanto os trabalhos citados como as entrevistas realizadas referem-se a períodos anteriores, mantivemos as antigas denominações, quando imprescindível. Por isso, aparecem no texto o MMA, Movimento de Mulheres Agricultoras, como era conhecido o movimento em Santa Catarina, e o MMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, assim chamado no Rio Grande do Sul; posteriormente, essa sigla também identificou a articulação nacional dos movimentos autônomos de mulheres rurais.

Casagrande (1991) e Daboit (1996) fazem um breve histórico do surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, movimento que, mais de vinte anos (de militância) depois, ajudaria a compor o MMC. Segundo esses autores, o MMA organizou-se, em princípio dos anos 80, no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, sob a influência das Comunidades Eclesiásticas de Base, ligadas à Igreja Católica. Teve como primeiro objetivo organizar as agricultoras para “tomar” a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, meta que foi alcançada em 1982. No bojo dessa movimentação, o problema da pouca sindicalização das mulheres rurais foi levantado. Em 1984, no Dia Internacional da Mulher, houve uma primeira manifestação pública do movimento em Chapecó, da qual participaram cerca de quinhentas mulheres. Nos dois anos seguintes, o fato se repetiu, congregando 2 mil mulheres, no primeiro ano, e 3 mil, no ano seguinte. A feição pública do movimento já estava clara, e sua visibilidade tornou-se ainda maior quando a única deputada eleita em 1986 em Santa Catarina, Luci Choinaski, era uma agricultora da região. Em 1991, houve a campanha “Declare sua profissão” por ocasião do recenseamento, quando as mulheres foram instadas a se identificar como “produtoras rurais” e não mais “do lar”, como era o costume.

No início, o que atraía as mulheres para o MMA eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito a assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário-maternidade e pensão-viuvez. A Constituição de 1988 abriu possibilidades para a reivindicação desses direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 90, começaram a despontar entre as militantes questões propriamente feministas, e as mulheres passaram a insistir na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos (Casagrande; 1991 e Daboit; 1996).²

No Rio Grande do Sul, na mesma época, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), com características muito próximas às do MMA. Houve uma imediata conexão entre os dois movimentos.

² Poli (1999) discorda da afirmação de que as questões de gênero só surgiram em um segundo momento, mas afirma que não tiveram a primazia no primeiro.

Segundo Stephen (1996, p.36-7), as preocupações iniciais do MMTR eram relacionadas

com a saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas... Se os primeiros objetivos eram semelhantes, as mudanças de rumo também o foram, pois “mesmo que ainda firmemente enraizado em uma análise que ressalta o lugar da classe trabalhadora. ... na estrutura econômica capitalista, o MMTR aos poucos tem trabalhado com mais ênfase os aspectos culturais e sociais das diferenças referentes a gênero no Brasil.”

Passar do enfoque trabalhista para o de gênero implicou algumas dificuldades. O MMC traz, como herança de suas origens, o otimismo da década de 1980 com relação aos movimentos sociais; a idéia de que os direitos humanos são universais e se somam em direção a um país ao mesmo tempo mais democrático e mais livre. Contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isso se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e essa questão tem a ver com o acesso à terra.

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornaram agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos, ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que, se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável.

Nossa experiência de muitos anos de pesquisa de campo no meio rural catarinense nos mostrou que esse problema quase nunca é citado

espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, o alijamento da posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Porém, em momentos de descontração e não havendo homens presentes, fomos surpreendidas mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte delas, mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que “trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais”, alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal.

Devemos lembrar, também, que nem todos os filhos homens herdaram terra quando a propriedade é pequena, mas há um mecanismo de compensação, no qual os filhos não-herdeiros recebem apoio para estudar até terem uma profissão, ou os pais lhes dão “um comecinho de vida”, ou seja, capital para começar algum pequeno negócio. A compensação para as mulheres é o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite ou uma porca, e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva, como pelos pais de ambos os cônjuges. É comum que só um ou dois desses itens sejam doados quando os pais são pobres. Também há casos de dotes maiores. Porém, o valor do dote não guarda relação com o valor da terra que as mulheres receberiam caso a partilha fosse igualitária, e as que não se casam não recebem nenhuma compensação por dispensarem o dote. Quando a compensação para os não-herdeiros é feita em dinheiro, em geral as mulheres recebem uma parcela menor que a dos homens. Os arranjos possíveis são muitos, mas ainda há um que vale a pena citar, é quando as mulheres recebem terra e a vendem para os irmãos a um preço menor que o do mercado (Papma, 1992; Woortmann, 1995; Halsema, 1991; Paulilo, 1990; Seyferth, 1985; entre outros).

AGRICULTORA OU ESPOSA DE AGRICULTOR?

Se, como observaram Casagrande (1991) e Daboit (1996), as questões feministas começam a inquietar as militantes do MMA, cabe-nos perguntar até que ponto a identidade entre os interesses das mulheres e o da família rural continuará não questionada. Mesmo que a postura inicial seja participar da vida pública lado a lado com os homens, Pinto (1992) nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador. Diz mais:

A presença da mulher, feminista ou não, é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado. (Pinto, 1992, p.143)

Essas idéias encontram apoio no trabalho de Lechat (1996), que mostra que a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) abre a possibilidade de questionamento de antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.

A produção coletiva no MST tem um caráter político e é encarada como tal pelos assentados, mas esta forma de trabalho leva a múltiplas reuniões para que todas as questões sejam discutidas e resolvidas democraticamente. Não existindo mais a hierarquia de poder tradicionalmente presente na produção familiar nem a relação proprietários assalariados, novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. Isto leva a uma situação continuamente conflituosa e potencialmente explosiva, na qual as diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constantemente manipuladas, o que resulta numa distribuição desigual de poder. (Lechat, 1996, p.107)

Nova confirmação encontramos em Teixeira et al. (1994) que, ao analisarem o comportamento de mulheres assentadas, dizem:

Tanto o prestígio social feminino quanto o desenvolvimento de movimentos sociais estão associados a um terceiro elemento, mais englobante, que é a coesão comunitária. Estruturas comunitárias coesas, como as que se observaram no assentamento de Sarandí, apresentam aos indivíduos a possibilidade de se identificarem com unidades sociais mais amplas do que a própria família e exigem deles uma participação centrada (em alguma medida) no interesse da comunidade. Este tipo de estrutura favorece o desenvolvimento de movimentos sociais verticais, e também favorece a elevação do prestígio social das mulheres, ao afrouxar a domesticidade da família que é a base da exclusão social feminina. (Teixeira et al., 1994, p.5)

No questionamento das antigas hierarquias, mesmo quando novas relações assimétricas de poder aparecem, surge lugar para redefinições. As assentadas estão inseridas num espaço privilegiado não só para a reflexão, como também para a ação. O simples fato de não estarem mais isoladas “cada uma em sua casa”, e sim muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes, já é um elemento novo e mobilizador. Conversando com os agricultores, é fácil perceber como o MST tem influenciado a busca de alternativas no campo. Nas marchas e acampamentos em frente aos órgãos públicos, pode-se ver a convivência entre militantes do MMC

e do MST. Embora haja divergências entre elas, o que se evidencia pela insistência com que cada uma esclarece a que movimento pertence, a troca de idéias é uma constante.

Diante disso, seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar na qual, tradicionalmente, o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas, tanto na sua primeira forma, as sufragistas, como na sua segunda, as lutas surgidas a partir dos anos 60. Mais que isso, essa situação é apoiada por instituições de peso como as Igrejas, a Católica entre elas, e órgãos de extensão voltados para o meio rural. Devemos lembrar que é bem recente a modificação do “pátrio poder” em nossa legislação. Somente a Constituição de 1988 considerou ambos os cônjuges igualmente responsáveis pela prole. Mas, mesmo onde a legislação não discrimina as mulheres, como é o caso do nosso código civil, que reza a partilha igual do patrimônio entre os filhos, sejam homens ou mulheres, sua eficácia é pequena na medida em que a autoridade do pai, ao fazer a partilha em vida, força a concordância dos excluídos (Seyferth, 1985). Seria otimismo, também, pensar que as soluções dependeriam apenas de “esclarecimento” e “boa vontade”.

É lícito então perguntar: O que poderá acontecer quando a maioria das mulheres rurais começar a desafiar a posição pública subordinada, que permite considerá-las sempre em sintonia com seus maridos? Fala-se aqui em “posição pública” porque, nessa esfera, a exclusão é mais visível: exclusão da herança familiar, discriminação quanto ao acesso aos créditos bancários, exclusão dos sindicatos e das cooperativas, onde só recentemente o nome da esposa é computado na lista de sócios etc. Quanto à esfera doméstica, há mais divergências na literatura sobre o assunto; alguns autores enfatizam a capacidade de negociação das esposas “porta adentro”, mesmo havendo assimetria de poderes, e se dedicam a estudar os fatores que aumentam ou diminuem o poder de barganha feminino (Blanc e Mckinnon, 1990, entre outros). Pode-se perguntar ainda: Com os mesmos direitos que os homens, as mulheres começarão a se divorciar? Poderão reivindicar partilha da propriedade? Que modificações a concessão do estatuto de “produtora rural” vai provocar no direito das esposas?

No Brasil, as mulheres são legalmente “sócias” da propriedade. Até dezembro de 1977, quando entrou em cena a lei do divórcio, o regime de casamento mais comum era a comunhão universal de bens, ou seja, todos os bens dos cônjuges, adquiridos antes ou depois da união, passavam a ser comuns. Para fugir a essa regra, era preciso explicitar, por escrito no pacto pré-nupcial, que o regime seria o de separação de bens. A partir de 1977, a forma mais comum passou a ser a de comunhão parcial de bens, que determina que somente o que for adquirido depois do casamento pode ser considerado bem comum. Se os cônjuges nada declararem, fica implícito

que eles aceitam essa terceira. Conversando com as entrevistadas, vimos que se a modificação na lei não é totalmente ignorada por elas, também não é totalmente conhecida. A rigor, os noivos deveriam ser esclarecidos sobre a existência das três opções pelos agentes dos cartórios, mas isso nem sempre acontece. Porém, se encontramos tanto mulheres que sabiam que existem duas formas de comunhão de bens quanto as que pensavam que “casar em comunhão” significava somente comunhão universal, há algo que todas ignoram: que os bens de herança, mesmo recebidos após a união, não são comuns (Art. 269, Inciso I do Código Civil). Isso significa que, se o marido receber terra dos pais, mesmo que isso ocorra quando eles já estão casados, essa terra não é bem comum. A ignorância sobre esta peculiaridade é geral, está presente mesmo entre estudantes de Direito e empregados de cartórios, como pudemos constatar.

De início, demos muita importância à existência de três formas de casamento civil e ao pouco esclarecimento sobre o assunto. Porém, percebemos que a figura jurídica da comunhão parcial de bens só adquire significância quando está colocada a perspectiva de separação, haja vista que só foi instituída quando do estabelecimento da lei do divórcio. Para a mulher rural, separar-se é uma possibilidade remota mesmo nos dias de hoje. Resta saber se continuará sendo assim. Seria a busca por independência feminina no meio rural incompatível com o casamento? Com algumas formas, seguramente a resposta é sim. Resta saber o quanto o patriarcalismo rural é responsável pela manutenção de uma taxa de uniões estáveis maior no meio rural que no urbano.

Chegamos assim ao objetivo de nosso trabalho. Partimos do pressuposto de que, ao participar de movimentos coletivos feministas ou não, as mulheres tendem a questionar sua posição social subordinada. Nas entrevistas, com mulheres militantes e não militantes, procuramos perceber se esses questionamentos de gênero estavam pondo em xeque a identidade entre os interesses femininos e os dos outros membros da família. Antes de continuarmos, porém, é preciso fazer uma distinção interna fundamental entre o que chamamos de “questões de gênero” e, para isso, vamos retomar as reivindicações das trabalhadoras rurais do início da década de 1990.

Em março de 1991, houve uma Caravana das Trabalhadoras Rurais a Brasília, da qual participaram cerca de mil mulheres, provenientes de dezesseis estados diferentes. Teixeira et al. (1994) classificaram as oito reivindicações apresentadas por elas em dois tipos: as de natureza classista e as de gênero. No primeiro caso estariam: pagamento de aposentadorias, retirada da correção monetária no crédito de emergência e a liberação de crédito aos assentados, e o assentamento dos acampados. A exigência de regulamentação da reforma agrária as autoras consideraram de caráter impreciso. Como reivindicações de gênero tínhamos: licença-maternidade, garantia de creches e reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Como se vê, essas questões de gênero não têm por que não receber o apoio masculino, pois beneficiam toda a família. Mas, como já dissemos, o problema que mais nos interessa é o não acesso à terra, e essa é uma questão que afeta de maneira muito diferente homens e mulheres.

Se, ao analisarmos as reivindicações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que, naquele momento, era também porta-voz de outros grupos de mulheres rurais militantes, encontramos dois tipos de reivindicação, as de classe e as de gênero. Para fins deste estudo, temos que considerar três tipos, pois as de gênero devem ser subdivididas em: as que não entram em confronto com a família patriarcal e as que entram. Pinto (1992, p.138) nos diz que os indivíduos ou grupos submetidos a múltiplas exclusões “escolhem” suas bandeiras de luta. No caso das mulheres rurais, essa escolha é ainda mais pertinente porque, para levar adiante as reivindicações de classe, uma imagem da família rural como um todo coeso é muito mais eficiente que uma imagem de conflito. Há, não só na cultura brasileira, mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores, pelo menos idealmente, consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza. Essa imagem traz respaldo popular para as lutas que envolvem os agricultores familiares.

Em levantamento que fizemos sobre organizações de mulheres na América Latina (Paulilo et al., 1999), constatamos que, com raras exceções, esses movimentos reforçam o papel tradicional de esposa e mãe, e existe um forte atrelamento entre eles e instituições conservadoras, como a Igreja Católica e o Estado. Constatamos também a influência de órgãos oficiais e ONGs, nacionais e internacionais, com linhas de ação fortemente desenvolvimentistas, mas sempre tendo como objeto a família rural como um todo. Entre as raras exceções está a luta das mulheres rurais brasileiras. Como diz Stephen (1996), em concordância com Alvarez (1990):

A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 70 e 80 neste País como parte do maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem-sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina. (Stephen, 1996, p.33-4)

Deere e León (1999) dizem que as garantias constitucionais que o movimento de mulheres conseguiu no Brasil constituem-se em fato único na América Latina. Citam como exemplo a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária e a possibilidade de um título conjunto de posse da terra para marido e mulher.

É essa especificidade histórica que nos levou a escolher os movimentos de mulheres rurais como objeto de estudo.³ Interessava-nos, principalmente, procurar diferenças entre o discurso das mulheres do MMC e o das líderes de outros movimentos, tendo como contraponto o discurso das não militantes. Infelizmente, não foi possível entrevistarmos mulheres rurais do Brasil todo, tendo a investigação se concentrado nos três estados do Sul, especialmente em Santa Catarina, onde nossa proximidade com os movimentos e nosso conhecimento do meio rural é maior. A frequência, mesmo que esporádica, a encontros nacionais de agricultoras nos permite levantar a hipótese de que as conclusões a que chegamos guardam semelhança com o que ocorre no restante do país.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa⁴ nos confirmaram o que sempre observamos antes, ou seja, que a questão do alijamento das mulheres da terra por ocasião da partilha da propriedade por herança é uma questão delicada. Tudo o que se consegue é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. O próprio tom de voz é o de quem confessa uma heresia. Mesmo as mais militantes não reivindicam para seu movimento essa bandeira de luta. Uma líder do MMC, ao ser perguntada sobre isso, disse que daria apenas sua própria opinião: “Não põe o movimento aí, é particular”. Trazer à baila o assunto causa constrangimento. Tentamos então abordá-lo por aproximações sucessivas. Nessas aproximações, discutir a instituição família é fundamental.

Uma forma de desigualdade da qual as mulheres falam livremente é a repressão sexual. Frases como as seguintes mostram como o controle sobre o comportamento feminino é maior que sobre o masculino.

Naquele tempo, ir num baile, só com os irmãos ou com os pais, com um tio, assim uma pessoa encarregada. Sozinha não ia (Agricultora). [sic]

Sempre que tinha um namorado, tinha mais um (espiondo) (Agricultora). [sic]

Os pais, a maioria dos pais, davam mais liberdade pros filhos porque era rapaz. A moça, porque era moça, então daí era mais, assim, mandada (Agricultora). [sic]

As mulheres não são reprimidas apenas com castigos, pois a exposição ao ridículo também é um instrumento eficaz de controle, bem como o costume de exagerar o que de fato ocorreu. Por pouco, se fica “malfalada”.

Tem muito essa cultura de que o homem pode tudo e a mulher, não. A mulher é mais restrita e o homem tem mais autonomia. A partir do momento que as mu-

³ Agradecemos ao CNPq que, em agosto de 1999, concedeu-nos uma bolsa de pesquisa, e uma de Iniciação Científica para a aluna Elaine Müller, o que nos permitiu continuar investigando.

⁴ Participaram das entrevistas dois bolsistas de Iniciação Científica, Elaine Müller e Ivandro C. Valdameri, e uma aluna do Curso de Ciências Sociais/UFSC, Valdete Boni. Não é preciso dizer que sem sua valiosa colaboração, muito pouco poderia ter sido feito.

lheres infringem as normas, elas são ridicularizadas e o efeito [repressor] é gerado (Presidente do sindicato). [sic]

A mulher lá toma cerveja? Até desconfia mal, né? Em vez de seria o certo. Meu marido muitas vezes ele me diz: Por que tu não vai lá, não toma uma cerveja? Daí eu logo dou a resposta: Olha, tu diz, mas tem outros que fica olhando porque a mulher vai tomar cerveja... Já dizem que ela tonteou, nem que não tomou ainda... (Agricultora). [sic]

Fica claro nesta última fala que a repressão do grupo pode ser superior à do marido. Ele também fica exposto ao ridículo quando sua mulher desafia as normas. Por isso, as militantes consideram que as ações em grupo são mais eficazes, pois se muitas mulheres agirem do mesmo modo, atitudes antes transgressoras passam a ser consideradas normais. Associar a independência de uma mulher a comportamento sexual permissivo é fato comum. Uma militante do MMA nos disse que: Movimento era uma palavra que trazia malícia, porque quando a vaca está no cio, se diz que ela “está em movimento”. Ficava chato falar em movimento de mulheres.

Dessa vez, porém, as mulheres não cederam e insistiram na denominação Movimento de Mulheres Agricultoras.

Segundo as entrevistadas, é impossível começar a militar sem modificar o casamento, porém, embora possam provocar separações, as modificações também podem tornar o relacionamento conjugal melhor. Elas não consideram que haja algo intrinsecamente repressor nos homens, e nem que eles estejam felizes com a desigualdade; o que há são valores que “vêm do berço”, de uma “raiz de quinhentos anos”, mas que podem ser superados. Para elas, o marido acabará por perceber que se a mulher se tornou menos submissa, tornou-se muito mais companheira. Para uma das entrevistadas, a maior modificação foi com relação aos filhos que, quando ela sai, “têm que se virar sozinhos”. Mas isso não é necessariamente ruim, porque “joga mais responsabilidade para eles”. Mas nem tudo tem solução nesse sentido, pois elas admitem que é quase impossível sair de casa tendo filhos muito pequenos.

Apesar da confiança que as militantes têm de que, uma vez alcançadas as conquistas, fica fácil ver que ninguém da família está perdendo com isso, chamam atenção para falsas vitórias, aquelas que, na verdade, não trazem uma independência real.

[em] Essas grandes cooperativas tradicionais, é considerado homem e mulher como sócio, agora se vai para uma assembléia, mulher não tem direito a voto, só o homem tem direito a voto. Se a gente for olhar o financiamento agrícola, onde o homem contrai o financiamento, por exemplo, sem a assinatura da mulher o homem não pode contrair esse financiamento. Agora, na hora de sacar o dinheiro, tem que ser o homem que vai lá retirar (Presidente de sindicato). [sic]

Se há conquistas ilusórias, como as citadas, há as verdadeiras. Qualquer mulher rural, militante ou não, jovem ou velha, casada, solteira, separada,

ou o que quer que seja, considera o acesso aos direitos trabalhistas uma conquista.

O sindicalismo, juntamente com o MMA inclusive, embandeirou muitas lutas porque a mulher, até 92, 93, ela não era reconhecida como profissional na agricultura. Ela era dependente do marido. Então aí se desencadeou toda uma luta, uma organização do MMA e dos sindicatos combativos para que a mulher também conquistasse o seu espaço na questão previdenciária e na sociedade, inclusive. Então houve essa criação, inclusive do MMA, e foi uma arrancada extraordinária nesse sentido, tanto é que conquistamos a aposentadoria aos 55 anos, conquistamos o salário-maternidade, o auxílio-acidente de trabalho que para a mulher não existia, porque a mulher não era profissional na agricultura e se a gente for olhar, a mulher sempre desempenhou o papel de agricultora, lá do lado, trabalhando palmo a palmo com o homem, só que na hora de reconhecer seus direitos, não existia isso (Presidente de sindicato). [sic]

A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem. Para quem pesquisa o meio rural brasileiro há muitos anos, esse é um fato surpreendente. Houve uma adesão muito grande das mulheres à idéia de que são “produtoras rurais”. Mas é preciso não confundir sindicalização com militância política. Em pesquisa que realizamos, em 1995, entre as produtoras de leite do Vale do Itajaí/SC,⁵ percebemos que, na imensa maioria dos casos, a sindicalização foi apenas uma maneira de as mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato em nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional.

Se retermos a última citação, pode nos causar estranheza o fato de a presidente do sindicato fazer questão de ressaltar a participação do MMA, hoje MMC, nas lutas trabalhistas, deixando claro que a aliança entre mulheres sindicalistas e mulheres do MMC não pode ser tomada como um pressuposto, nem que haja uma identidade necessária entre os dois movimentos. Nas entrevistas isso fica bem claro, as militantes fazem questão de declarar a que movimento pertencem e fazem referência a pontos não comuns. O mesmo se aplica às mulheres do MST. Para as sindicalistas, o importante são as questões trabalhistas. As participantes do MST têm uma postura de classe muito nítida e lutam pela terra. É entre as militantes do MMC que as questões de gênero afloram. A insistência na demarcação das diferenças não se deve a alguma forma de competição, mas é uma demonstração clara de que não é simples cruzar questões de gênero e classe, nem na prática, nem em teoria.

⁵ “A ‘agrofemindustrialização’ do leite em Santa Catarina”. Relatório de pesquisa, mimeo. Essa pesquisa foi financiada pelo CNPq e contou com a participação das bolsistas Alessandra B. Di Grande e Marineide M. Silva.

Outra dificuldade interfere na análise: o fato de que as mulheres militantes, de qualquer um dos movimentos, são, com raríssimas exceções, casadas. Mesmo quando cuidam sozinhas da propriedade ou são viúvas, ou o marido trabalha em outro lugar ou, ainda, foram abandonadas. O meio rural não é um bom lugar para as solteiras. Rodrigues (1993), na sua leitura antropológica do celibato laico, camponês e feminino mostra como essa condição é constituída por “recusas, retenções e negações”. A solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até que morram, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e a cuidar dos sobrinhos. Os conventos foram uma possibilidade nas gerações passadas. Agora as solteiras preferem as cidades, onde podem trabalhar por salário. Por menos que tenham estudado ou adquirido uma profissão, sempre podem ser empregadas domésticas.

Quando nosso objeto de estudo são mulheres rurais adultas, podemos ter certeza que são também casadas e que dificilmente pensariam sua vida fora do casamento, pois o único treinamento profissional que recebem é o de ser agricultora, e só o serão pelo casamento. Esse fato explica, em parte, porque a exclusão das mulheres da herança em terra é pouco citado. As que casaram com proprietários ou com jovens que provavelmente herdarão terra no futuro, podem exercer as atividades de agricultora. As que casaram com homens que nada possuem vêem seus maridos como tão deserdados quanto elas. Seria importante ouvir as solteiras, porém não as jovens (que ainda podem casar ou arrumar um emprego urbano) e sim as que não têm mais perspectivas de se casar ou deixar o campo, mas essas dificilmente fazem parte dos movimentos de agricultoras.

O DIFÍCIL CRUZAMENTO ENTRE CLASSE E GÊNERO

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, como mostramos no início deste texto, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros. Na difícil questão do cruzamento entre as categorias classe e gênero, o trabalho de Joan Scott (1988) é fundamental. Essa historiadora feminista diz que, se nos mantivermos em uma postura objetivista, ou seja, se tomarmos classe e gênero como “coisas”, não seremos capazes de nos aperceber das dificuldades de teorizarmos sobre o que significa ser mulher e trabalhadora. Temos de levar em conta que classe e gênero são construções, representações.

Assim sendo, se, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora e, portanto, gênero e classe tomados como fenômenos naturais andam juntos, na história das idéias essas duas representações se excluem. Masculino/feminino não pode ser confundido com macho/fêmea, e a construção do que é o universo do trabalho e do que são os direitos trabalhistas, e mesmo os direitos universais trazem, imbricada em suas origens iluministas, uma visão masculina do mundo, na qual as mulheres aparecem como subordinadas. O conceito de “classe trabalhadora” como categoria universal carrega essa mesma marca original.

A invocação dos direitos humanos universais foi realizada no bojo de uma construção masculina de propriedade e de política racional. A classe, afinal, foi apresentada como uma categoria universal embora dependa de uma construção masculina. Como resultado, foi quase inevitável que os homens representassem a classe trabalhadora. Para as mulheres, restaram duas representações possíveis. Elas poderiam ser um exemplo específico da experiência geral de classe e então não ser necessário singularizá-las para tratá-las diferentemente; assumiu-se que elas estavam incluídas em qualquer discussão sobre a classe trabalhadora como um todo. Ou poderiam ser uma exceção problemática, possuindo necessidades e interesses particulares em detrimento da classe política, opondo-se a que os homens usassem o dinheiro da casa para pagar taxas sindicais, demandando diferentes tipos de estratégias nas lutas e insistindo em manter filiações religiosas na era do socialismo secular. Ambas as representações estão evidenciadas na história dos movimentos trabalhistas e na sua história escrita e elas nos ajudam a localizar as razões da invisibilidade das mulheres na construção da classe trabalhadora. (Scott, 1988, p.63-4, tradução livre nossa)

A percepção de que há duas representações diferentes em jogo leva à hipótese de que as arestas entre os diferentes movimentos de mulheres não são questões menores, resultado de falta de diálogo, competição por espaços ou opção por estratégias não similares. Há uma diferença profunda nas representações sobre classe e gênero. Para as militantes que estão sob forte influência das lutas trabalhistas ou das idéias marxistas, como é o caso das sindicalistas e das militantes do MST, a concepção de gênero se subordina à de classe, e elas se encaixam na primeira possibilidade explicitada por Joan Scott, que é a de ver a mulher rural como um exemplo específico do fenômeno geral das classes sociais. Para as militantes do MMC, as mulheres são exceções, cujas especificidades merecem considerações à parte. Essa mesma diferença está na raiz dos embates atuais entre o “feminismo da igualdade” e “feminismo da diferença” (Scott, 2001; Oliveira, 1992; Mouffe, 1993). O que é mais visível nesse embate são as políticas de cotas. Para as defensoras do primeiro, as cotas ferem os princípios democráticos que igualam homens e mulheres. Para as que se aliam ao segundo, só uma política diferenciada entre os dois sexos permitiria cobrir o hiato histórico existente entre os direitos de um e de outro.

É evidente que essas posturas não resultam de escolhas racionais e não são percebidas com nitidez pelas militantes, principalmente porque não derivam de concepções acabadas, mas de idéias que estão sendo construídas na prática do dia-a-dia, prática que se por um lado influencia, por outro também é influenciada pelas diferentes concepções de classe e gênero. Enquanto as sindicalistas e as mulheres de MST lutam no espaço público, que é considerado um espaço masculino, as do MMC politizam seu cotidiano.

Outro trabalho inspirador é o livro de James Scott (1990), *Domination and the Arts of Resistance*. O autor, ao tentar compreender a conduta política geralmente fugidia dos grupos subordinados, cunha o conceito de *hidden transcripts*, que traduzimos, pelo menos provisoriamente, como “transcrições ocultas”. Essas transcrições se opõem ao que o autor denomina *public transcripts*, para nós “transcrições públicas”, explicando que o adjetivo “públicas” se refere a ações que são admitidas, ou confessadas, abertamente pelos subordinados frente aos seus dominadores, e que o termo “transcrições” é usado em seu sentido jurídico de “registros completos do que foi dito”. As “transcrições ocultas” são os discursos pronunciados *offstage*, ou seja, entre os dominados e longe da observação dos dominadores. Esses discursos não contêm só falas, mas também gestos e práticas (p.2-5). Muitas vezes, o discurso oculto é verbalizado na forma de uma “explosão”, isto é, de uma reação espontânea e inesperada. Segundo o autor, inesperada sim, mas espontânea nem tanto, na medida em que a maneira alternativa e contestatória de entender as relações de poder é elaborada e “ensaiada” em espaços próprios dos dominados.

O contato com a obra de James Scott (1990) e as entrevistas que realizamos nos levaram a pensar o MMC como um lugar de elaboração de um discurso feminista, contestatório da visão masculina do mundo. É a necessidade de conversar livremente entre seus pares, sem inibições ou repressões, que reforça a existência de um movimento que, mesmo quando defende posições semelhantes às de outros movimentos de mulheres, defende-as de seu próprio jeito. As mulheres que elegeram o espaço público e masculino como o lugar privilegiado para se fazer política vêm com reservas o que consideram radicalismo.

Deveria ser trabalhado a questão de gênero dentro da família e aí é complicado. Inclusive acho que até nós do movimento sindical na área rural, a gente tem falhado um pouco nisso. Eu hoje defendo, eu até estou militante do MMA, onde que o MMA tem trabalhado a questão da mulher especificamente. Hoje dentro do movimento sindical eu já vejo um pouquinho diferente a questão, eu vejo tratar a questão de gênero em família... não a mulher separada... Inclusive aqui nós temos tratado a questão de gênero por dentro do sindicato, como família.... Se a gente for tratar radicalmente a questão da mulher eu creio que vai ter bem mais separações. Então teria que arranjar fórmulas de tratar a questão de gênero, mas na família, não a mulher separado (Presidente do sindicato). [sic]

Nessa visão de que homens e mulheres têm sempre que “lutar” juntos, há o medo de que as mulheres dividam “a” luta, numa pressuposição de que só há uma luta que vale a pena: a de classes. Há também a preocupação de que as participantes formem um “gueto” e acabem presas dentro dele. Coube a Pinto (1992, p.133) reverter a visão marcadamente negativa dessa forma de agrupamento. Para ela, “o gueto não pode ser entendido simplesmente como marca de retraimento, medo de expor-se ou reafirmação da exclusão. É também, e talvez principalmente, regido pelo princípio de prazer, de pertinência, da consciência de estar entre iguais”. “Estar entre iguais” pode ser um momento privilegiado para perceber que problemas, que até então eram vividos como pessoais, são, na verdade, sociais.

Por tudo o que foi dito anteriormente, torna-se difícil acreditar em uma compatibilidade tranqüila entre movimentos mais centrados nas questões de classe e os centrados em gênero. Mesmo que se possa afirmar, como o fazem autoras citadas neste trabalho, que a participação das mulheres nas esferas antes consideradas masculinas leva a um questionamento de gênero, isso não elimina a necessidade de escolha de uma ou outra bandeira de luta. O MMC, antigo MMA, é visto, com frequência, por militantes dos outros dois movimentos como apenas uma maneira de as mulheres “começarem a sair de casa”. Como disse uma dirigente sindical “... e a partir daí, lógico que as mulheres não podem ficar específico no MMA, têm que ir ocupando outros espaços” (Boni, 2002, p.10). Para as militantes dos movimentos autônomos, não é tão “lógico” assim que tenham de ocupar outros espaços, embora muitas o façam.

Não é difícil entender o porquê dessa diferença se atentarmos para o lugar da política nos dois tipos de movimento. Enquanto as mulheres do MMC politizam o cotidiano à semelhança das feministas, sindicatos e MST têm maior proximidade com os partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores. Pinto (1992, p.140) explicita esse dilema dizendo que, no Brasil, “os partidos políticos tendem a reivindicar o monopólio como canal de representação entre a sociedade civil e o Estado”, com isso “onde a chancela de um partido é condição necessária para uma candidatura, os partidos, os movimentos sociais e, especialmente, os movimentos de mulheres ou feministas não têm sempre uma convivência tranqüila”.

Ao defender a idéia de que homens e mulheres devem discutir juntos os problemas que afligem a mulher rural, pressupõe-se uma conversa entre iguais, colocando-se o espaço do sindicato ou dos encontros do MST como um lugar democrático. Mas se atentarmos para a fala de uma das entrevistadas, vamos perceber que há uma diferença importante entre “falar”, e isso até pode, e “ser escutada”, o que é bem mais difícil.

Uma coisa também que eu percebia..., talvez eu esteja falando uma coisa que esteja errada, mas o que eu sentia era isso: que a gente era menos inteligente que o

homem. Quando tinha uma decisão pra fazer alguma coisa, pra construir alguma coisa, a opinião da gente não valia... As opiniões, as idéias dos homens, deles, do pai, do meu irmão, do Valdir... a opinião deles valia mais. Parecia que ia dar certo, se fizesse o que eles dissessem ia dar certo. Se fizesse o que a gente dissesse, não ia dar certo. Então, a inteligência da gente era podada também (Agricultora). [sic]

Séculos de silêncio não se volatilizam tão facilmente. Espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina. As entrevistadas falam do “medo de falar bobagem”, pois sabem muito bem como o ridículo é uma arma poderosa. A poeta Adélia Prado, que canta sem pejo as mulheres comuns, diz com propriedade:

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado prá mulher,
esta espécie ainda envergonhada.⁶

“Esta espécie ainda envergonhada” quer, agora, aprender o caminho do espaço público e muitas mulheres estão seguindo os passos dos homens, tradicionais conhecedores dessas veredas. As mulheres do MMC decidiram-se por um aprendizado diferente que, ao que parece, não as levará na mesma direção. Na primeira versão deste artigo, em 2002, lançamos a hipótese de que os movimentos autônomos de mulheres possuíam um potencial, pouco aparente a princípio, de romper com o estabelecido. Possuíam uma “radicalidade própria”, como quer Céli Pinto (1992, p.132), no sentido em que “corta verticalmente todas as práticas e constitui sujeito a partir do reconhecimento e presença do corpo da mulher, a marca irredutível de sua condição”. Agora, depois da destruição de um laboratório de plantas da Aracruz Celulose no dia 8 de março de 2006 por cerca de 2 mil mulheres lideradas pelo MMC, fica mais fácil pensar sobre isso.

Para o feminismo, dada a importância à cultura do fazer frente a todos os essencialismos que justificavam biologicamente a condição subalterna das mulheres, tornou-se difícil lidar com “o corpo”. Para as mulheres do MMC, não. Elas colocam, sem pejo, no corpo sua especificidade. Nesse sentido, estão muito próximas do ecofeminismo defendido por Vandana Shiva (1993), mesmo que muitas não o conheçam. Em poucas palavras, o ecofeminismo defende a idéia de que há uma ligação natural entre as mulheres e a terra, ou seja, as mulheres estariam mais próximas da natureza que os homens.⁷ Na separação que a cultura branca ocidental fez entre natureza e razão, em que a última deve predominar sobre a primeira, coube à

⁶ Trecho do poema “Com licença poética”, publicado no livro *Bagagem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁷ Para uma análise consistente dos riscos do ecofeminismo, ver Garcia (1999).

natureza, da qual as mulheres estavam mais próximas, o papel de dominada, de coadjuvante da história humana. Foi o surgimento das preocupações ambientalistas que questionou essa oposição assimétrica, porém foi o ecofeminismo que aceitou e deu um novo significado às diferenças biológicas. Em todos os encontros do MMC dos quais participamos, a idéia de que cabe às mulheres “dar a vida”, as instrumentaliza para lutar pela “vida na terra”, daí a se posicionarem contra tudo o que consideram “estéril”, como as plantas cujas sementes não reproduzem, os transgênicos e os reflorestamentos que, segundo elas, secam as águas e impedem a agricultura. Uma imagem emblemática dessa postura foi a presença de agricultoras grávidas, que traziam a barriga exposta e coberta por sementes coladas, em um desses encontros.

Os sindicalistas e o MST colocam nas relações de classe as causas da opressão que as mulheres sentem ainda de maneira difusa, e lhes propõem como solução mudar a sociedade lado a lado com seus companheiros. Ao perguntarmos a uma líder do MST sobre a proporção de homens e mulheres na direção nacional do movimento, recebemos como resposta uma outra pergunta: “E o que isso importa se somos (homens e mulheres) iguais?”.

Diferentemente, as mulheres do MMC, ao se reunirem e conversarem entre si, não estão se comportando como alunas aplicadas que aprendem, com os homens, sobre movimentos trabalhistas e teoria marxista, mas estão dando vazão a raivas e angústias incrustadas na sua alma. Sem uma explicação já pronta, transmitida por jornais, boletins e cartilhas, e poupadas da vergonha secular que as faz se sentirem incapazes frente aos homens, elas estão mais livres para construir explicações nas quais as relações de gênero têm papel fundamental, pois essas relações são para elas mais visíveis no dia-a-dia que suas relações com o Estado ou órgãos e espaços públicos.

Em outras palavras, o que distingue o MMC dos outros dois movimentos estudados, sindicalistas e mulheres do MST, é sua ênfase em questões consideradas “domésticas” pelos dois últimos. Essa ênfase se reflete tanto na forma de organização interna, menos hierárquica, menos institucionalizada e mais sexista, quanto no caráter de suas manifestações públicas, feitas menos em nome de uma “classe” e mais em função do que afeta direta e cotidianamente as mulheres rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à questão da terra e do matrimônio, foi uma importante conquista para as mulheres serem consideradas “produtoras rurais”, mas essa conquista as obriga ao casamento e, mais que isso, ao casamento com um proprietário, se não fizerem parte do MST. Como não se casar ou casar com quem não possui terra sempre foi visto como uma condenação, essa

obrigação se torna um fardo leve e desejado. Somente quando as mulheres começarem a questionar o casamento tradicional é que questionarão o fato de ele ser a única via para a profissão de agricultora. As entrevistas que fizemos mostram que a questão da não-herança da terra é ainda um tabu entre as mulheres rurais. Apenas as ligadas ao MST “tocam no assunto”, mas somente no sentido de reivindicar terra nos assentamentos para as solteiras. Pedir igualdade de gênero nas políticas públicas parece ser mais fácil que enfrentar a questão dentro da família. Sem dúvida, a oposição a grupos que não são próximos afetivamente e que, portanto, podem ser caracterizados como “inimigos”, trazem menos desgaste emocional que opor-se a maridos, pais, sogros, irmãos e filhos homens.

Ao entrevistarmos uma líder nacional do MST, ela caracterizou os diferentes movimentos de acordo com seus temas principais. Mulheres do MST: reforma agrária; sindicalistas: agricultura familiar; e movimentos autônomos de mulheres: saúde. Nossas pesquisas confirmam essa classificação, acrescentando também “educação” como uma das metas dos movimentos autônomos. As preocupações dos dois primeiros grupos são comuns a homens e mulheres, enquanto “saúde” e “educação” sempre foram considerados “assunto de mulher” e, portanto, hierarquicamente inferiores. Porém, é a preocupação com a saúde e com a alimentação da família que está levando o MMC a posturas radicais, algumas públicas (e muito “publicizadas”) contra as sementes híbridas, os transgênicos, os agrotóxicos e o reflorestamento.

De que há duas tendências feministas fortes poucos duvidam: o feminismo da igualdade e o da diferença. As desavenças ou as *querelles des femmes*, como diz Joan Scott (2001), entre os dois já se tornaram públicas. Há, ainda, uma outra maneira de classificar as diferenças que, embora não siga o mesmo critério da anterior, guarda semelhanças no sentido de trazer impasses: feminismo voltado para a redistribuição e feminismo voltado para o reconhecimento. Para Nancy Fraser (2002), o primeiro se refere à questão de classe, e o segundo, às questões de *status*, de valorização do que é atribuído ao feminino. Um não é o mero reflexo do outro, porém, para a autora, há possibilidade de conciliação pela concepção de justiça “bidimensional”, que incorporaria tanto a distribuição desigual de riqueza quanto a de reconhecimento e, assim sendo, seria extensiva às questões de “raça”, etnia, sexualidade, nacionalidade e religião. Não resta dúvida de que é uma perspectiva sedutora se não levarmos em conta que ela se assenta no princípio de “paridade da participação”, que requer duas condições inexistentes historicamente que são, segundo Fraser (2002, p.67), “primeiramente, a distribuição de recursos precisa ser feita de tal forma que assegure independência e ‘voz’ aos participantes... a segunda condição é a ‘inter-subjetividade’, que requer dos modelos institucionalizados de valores culturais que expressem o mesmo respeito a todos os participan-

tes...”. Embora a conciliação proposta nos pareça distante da realidade que vivemos, a autora acentua um ponto que para nós é muito importante, ou seja, a impossibilidade de se passar de questões de classe para questões de gênero, e vice-versa, simplesmente adicionando umas às outras: “Não é apenas uma questão de simplesmente continuar agregando, como se pudéssemos adicionar a política de redistribuição à política de reconhecimento” (p.74).

Assumindo a dificuldade da conciliação, que nega o pressuposto recorrente, entre militantes e intelectuais, de que não importa por onde as mulheres comecem a questionar, se discutindo gênero ou classe, porque uma preocupação leva à outra, insistimos que é preciso explicitar diferenças, que só aparentemente são superficiais, para que haja possibilidade de um diálogo mais livre de preconceitos. Arriscamos propor que as reivindicações específicas e o comportamento das militantes dos diferentes movimentos de mulheres rurais, talvez, possam usufruir de uma convivência mais frutífera se houver uma aceitação da luta das mulheres como uma “multiplicidade”, isto é, convivência de diferentes organizações e, mais que isso, se as diferenças mais profundas não forem encobertas pelo manto de uma “igualdade de gênero”, que engloba visões diferentes e até conflitantes. As tentativas de compatibilização, por mais que sejam desejadas e tidas como meta a ser atingida, podem significar dominação e futuras dissidências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- BLANC, M.; MCKINNON, N. Gender Relations and the Family Farm in Western Europe. *Journal of Rural Studies*, v.6, n.4, p.401-5, 1990.
- BONI, V. *Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais*. Florianópolis, UFSC, 2002. Graduação em Ciências Sociais. (Mimeogr.).
- CASAGRANDE, J. L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Florianópolis, PPGSP/USP, 1991. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).
- COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS AGRÍCOLAS DA CEE. *As mulheres na agricultura*. Bruxelas, 1988. (Mimeogr.).
- DABOIT, P. C. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense*. Florianópolis, PPGSP/UFSC, 1996. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).
- DEERE, C. D., LÉON, M. Towards a Gendered Analysis on the Brazilian Agrarian Reform. *Occasional papers*, n.16. Amherst, MA: Center for Latin American and Caribbean Studies, 1999.
- FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/ Editora 34, 2002.

- GARCIA, V. V. Gênero, médio ambiente y desarrollo sustentable; algunas reflexiones. In: GARCIA, V. V. (Org.). *Género, sustentabilidad y cambio social em el México rural*. México: Colégio de Postgraduados, 1999.
- GONÇALVES, M. M. *O caráter educativo do trabalho na formação da consciência feminina*. Florianópolis, Faculdade de Educação/UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado) em Educação. (Mimeogr.).
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford: CAB Internacional, 1993.
- . Gender Relations and Household Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, v.8, n.4, p.387-97, 1992.
- et al. Characteristics of Farm Household Pluriactivity in East and Mid Devon. Cirencester: Center for Rural Studies. *Occasional paper*, n.19, 1992.
- LECHAT, N. M. Relações de gênero em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares coletivas. In: PRESVELOU et al. (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.
- LITTLE, J. Gender Relations and the Rural Labour Process. In: WHATMORE et al. *Gender and rurality*. Londres: David Fulton Publishers, 1994.
- MOUFFE, C. *O retorno do político*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- OLIVEIRA, R. *Elogio da diferença: o feminismo emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). *The World's Women 1995: Trends and Statistics*. EUA: United Nations Publication, 1995.
- PAPMA, F. *Contesting the Household Estate: Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture*. Amsterdam: Cedla, 1992.
- PAULILO, M. I. *O trabalho da mulher no meio rural*. Piracicaba, Esalq/USP, 1976. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).
- . *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: FCC/ Editora da UFSC, 1990.
- et al. Organização de mulheres na América Latina. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC, 1999. (Mimeogr.).
- PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- POLI, O. L. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.
- RODRIGUES, L. L. O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. *Anuário Antropológico*, n.91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- SCOTT, J. C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1999. 251p.
- SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1998.
- . “La querelle des femmes” no final do século XX. *Revista de Estudos feministas*, v.9, n.2, p.367-88, 2001.
- SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria “colono” uma situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, NS, n.20, 1984.
- . Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, NS Antropologia*, n.52, 1985.

- SHIVA, V.; MIES, M. *Ecofeminism*. Londres/Nova Jersey: Zed Books, 1983.
- SIQUEIRA, D. E. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: TEIXEIRA, J. G. (Org.). *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais*. Brasília: UnB, 1992.
- STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRJ, 1996.
- TEIXEIRA et al. Perspectiva de gênero na produção rural. *Estudos de Política Agrícola*, n.22. Brasília: Ipea, 1994.
- VAN HALSEMA, I. *Housewives in the Field: Power, Culture and Gender in a South-Brazilian Village*. Amsterdam: Cedla, 1991.
- WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1995.